



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 165, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 8, de 2019, que Diga NÃO a privatização do Banco
do Brasil.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senador Paulo Paim

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a SUG nº 8, de 2019, do Programa e-Cidadania, que *“diz NÃO a privatização do Banco do Brasil”*.



SF/19514.84661-64

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 8, de 2019, do Programa e-Cidadania, que *diz NÃO à privatização do Banco do Brasil*.

A matéria tem como objetivo que se crie um Projeto Legislativo que não permita a privatização do Banco do Brasil, algo que vem sendo considerado pelo atual governo.

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 115.718, proposta pelo cidadão Jaime Rodrigues De Carvalho, do Rio de Janeiro, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que *“o Banco do Brasil é importante agente para a garantia da manutenção de importantes políticas sociais”*.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

II – ANÁLISE

Em consonância com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, o qual regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento consolidado no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 11, de 14 de fevereiro de 2019, a Ideia Legislativa nº 115.718, “*alcançou, no período de 16/11/2018 a 25/11/2018, apoio superior a 20.000 manifestações individuais*”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 8, de 2019, seja apreciada por esta Comissão.

Entendemos que a matéria tenha mérito, o que discutimos a seguir.

Os bancos públicos desempenham papel fundamental na economia brasileira. Por meio destes é que se faz políticas públicas que buscam a promoção do desenvolvimento econômico e social. São políticas essenciais para o país. Estas políticas possibilitam que as pessoas financiem seus imóveis a taxas de juros subsidiadas, sem o que não seria possível que muitos brasileiros pudessem comprar sua casa própria. Seria impraticável o financiamento de imóveis às taxas de juros de mercado, pois as taxas são excessivamente altas.

Sem a presença dos bancos públicos teríamos menos estudantes nas universidades e as famílias teriam enormes dificuldades de vencerem o círculo vicioso da baixa escolaridade que leva a baixos salários e condições de vida piores para seus familiares. Políticas públicas que financiem os estudantes na universidade são essenciais para que se combata a desigualdade.



SF/19514.84661-64



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Os bancos públicos têm efeito direto na redução das inúmeras desigualdades regionais, que assolam nosso país. Eliminar as desigualdades é uma meta que temos e precisamos atingir. Os bancos públicos têm papel de relevo no financiamento da infraestrutura, setor em que o país tem grande carência.

O papel destas instituições no crédito à indústria também é fundamental. Sem bancos estatais o grau de investimento da indústria seria reduzido o que levaria a mais desemprego, menor crescimento, mais problemas nos mercados de trabalho, prejudicando o país.

Considerando que a SUG 8 de 2019 versa especificamente do sobre o Banco do Brasil levantamos aqui alguns dados sobre a atuação da instituição.

O Banco do Brasil tem atuação em 99,3% dos municípios brasileiros, possui 64.056 unidades de atendimento de crédito, incluindo 4.716 agências. Injeta quase R\$700 bilhões na economia, cerca de R\$ 270 bilhões destinados à movimentação do setor produtivo, sendo 706 mil micro e pequenas empresas. É, ainda, responsável pelo financiamento de 57% a 60% do total do segmento agro, o qual representa quase 25% da riqueza do país.

O modelo de empresa pública do BB tem dado bons resultados tendo em vista que, sem considerar o recolhimento de impostos, o Banco alimentou o caixa da União com R\$ 32,3 bilhões nos últimos doze anos. Apenas com o lucro de 2018, mais de R\$ 5 bilhões foram distribuídos para acionistas e investidores, sendo R\$ 2,7 bilhões para o Tesouro.

Desde 2012, o BB é listado no “Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York - DJSI”, tendo sido considerado benchmark mundial no setor “bancos”, em diversos temas como Estratégia fiscal, Política/Medidas de Prevenção ao crime, Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico, Relato Ambiental, Relato Social, Filantropia e Cidadania Corporativa, Inclusão Financeira, entre outros.

Em pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e realizada pelo Instituto DataPoder360, mais de 80% dos parlamentares entrevistados consideraram o Banco eficiente (58%) ou muito eficiente (26%) e 77% acreditam na sua



SF/19514.84661-64



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

importância para a economia brasileira. A mesma pesquisa questionou aos parlamentares o posicionamento sobre a possível privatização do banco, sendo que 67% se disseram contrários.

Em virtude de todos estes motivos sou contra a privatização dos bancos públicos. Estes prestam um serviço de grande relevância ao país e precisam do nosso apoio para que possam continuar atuando de modo a permitir que o Brasil consiga transformar os anseios que estão cristalizados em nossa Carta Maior em realidade: um país sem tantas desigualdades, onde todos têm direitos ao tratamento digno, à saúde e à felicidade.

Embora tenha o entendimento de que a matéria é meritória, infelizmente, foge à competência do Poder Legislativo legislar preventivamente sobre ela. Cabe apenas observar que qualquer privatização de empresa pública ou estatal exige lei específica que a autorize. Diante do conflito de competência entendemos que a SUG nº 8, de 2019, está prejudicada.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela PREJUDICIALIDADE da SUG nº 8, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19514.84661-64



Relatório de Registro de Presença
CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	2. DANIELLA RIBEIRO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE	
MAILZA GOMES		4. EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GOMES		5. LUIZ PASTORE	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. JUÍZA SELMA	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
MARA GABRILLI	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
ACIR GURGACZ		2. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA		1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	2. VAGO	

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
FLÁVIO BOLSONARO
ANGELO CORONEL
RODRIGO CUNHA
JAYME CAMPOS
ZEQUINHA MARINHO

DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 8/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR FLÁVIO ARNS PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA PREJUDICIALIDADE DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador FLÁVIO ARNS

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa